

## **Filosofia regressiva: uma alternativa para o ensino de Filosofia?**

Renato José Oliveira

### *Resumo:*

*O presente trabalho pretende trazer algumas contribuições para a discussão acerca de certas orientações seguidas pelos livros didáticos bem como para o resgate da filosofia como constructo humano forjado no âmbito da argumentação. A partir de uma pesquisa realizada com vinte livros didáticos de filosofia, são inicialmente feitas algumas considerações sobre duas orientações típicas: a abordagem por eixos temáticos e a abordagem por autores. Depois, com base em Chaim Perelman, faz-se um contraponto (filosofia regressiva) aos sistemas filosóficos dogmáticos. Em seguida, a discussão é remetida novamente para o âmbito do ensino de filosofia, vislumbrando-se a perspectiva de torná-lo mais atraente ou mais factível para persuadir um determinado auditório, no caso constituído pelos alunos de ensino médio.*

### *Palavras-chave:*

*Chaim Perelman; filosofia regressiva; ensino de filosofia.*

Professor do Departamento de  
Fundamentos da Educação da  
Faculdade de Educação.  
Universidade Federal do Rio de  
Janeiro- UFRJ  
Doutor em Educação

## 1 Introdução

Muito se tem discutido sobre as dificuldades relativas ao ensino da filosofia nos cursos de nível médio. Autores de livros didáticos e professores se deparam com um variado leque de questões que vão desde a viabilidade (ou não) de tornar a filosofia uma disciplina de caráter escolar, portanto suscetível a processos de mediação didática<sup>1</sup>, até a sua importância e mesmo necessidade como formadora do chamado cidadão crítico, ou seja, aquele capaz de refletir sobre o tempo em que vive, contribuindo ativamente para a construção de uma sociedade mais democrática e menos injusta.

Frente a uma problemática tão extensa quanto complexa, o presente trabalho pretende trazer algumas contribuições no que tange à discussão acerca de certas orientações seguidas pelos livros didáticos e ao resgate da filosofia como constructo humano forjado no âmbito da argumentação, portanto no campo do razoável e do plausível e não naquele das provas incontestes, claras e evidentes por si mesmas.

A partir de uma pesquisa realizada com vinte livros didáticos de filosofia (incluídas algumas traduções – vide anexo 1) são feitas considerações sobre duas orientações típicas: a abordagem por eixos temáticos e a abordagem cronológica por autores. No primeiro caso, privilegiam-se geralmente os chamados grandes temas da filosofia (teoria do conhecimento, ontologia, moral/ética), ao passo que no segundo faz-se a escolha de um grupo selecionado de filósofos, discutindo-se suas concepções a partir de um percurso que freqüentemente se inicia na Grécia pré-socrática e termina na primeira metade do século XX.

Quanto ao segundo ponto mencionado, busca-se inicialmente, com base na discussão feita por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) acerca da argumentação, apresentar um contraponto às concepções filosóficas que, julgando-se porta-vozes da Verdade, acabam por construir sistemas dogmáticos. Em seguida, a discussão é remetida novamente para o âmbito do ensino de filosofia, vislumbrando-se a perspectiva de desenvolver atividades dialogadas, nas quais os vivos e os mortos participem por meio do confronto entre diferentes argumentos. Objetiva-se, portanto, apontar uma alternativa capaz de tornar esse ensino mais atraente ou, nos termos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), mais factível de persuadir determinado auditório, no caso constituído pelos alunos de ensino médio.

## 2 Um olhar sobre a literatura didática

Em que pese a grande variedade de títulos ora disponíveis no mercado, os livros didáticos fazem, em geral, uma abordagem que privilegia o que os autores consideram temas relevantes da filosofia ou uma abordagem cronológica, centrada nos filósofos tidos por mais marcantes ou representativos no curso do pensamento ocidental. Naturalmente, no primeiro tipo de abordagem há obras nas quais as referências aos filósofos são breves e esparsas e outras em que um destaque maior é conferido aos conceitos-chaves que estruturam suas concepções.

Uma característica comum às obras examinadas, independente do tipo de abordagem seguida, é a pequena incidência de extratos mais longos dos principais trabalhos dos filósofos focalizados. Isso talvez se explique pelo fato dos autores dos livros didáticos julgarem a leitura das fontes originais uma tarefa árdua e desinteressante para o aluno, preferindo então falar por aqueles a quem estão se referindo. Na *apresentação* à vigésima edição Mendonça (apud. Jolinet, 1998, p.6) por exemplo, comenta: “O *Curso de Filosofia* de R. Jolivet tem a preocupação da doutrina e da formação. Expõe muito bem, e tira ainda conseqüências de ordem pedagógica, quando o assunto o permite, que auxiliam enormemente o trabalho do professor na sua tarefa de educador”.

Na medida em que toda exposição das idéias de outrem não deixa de estar impregnada pela visão de mundo do expositor, a ausência de confronto entre a fala original do filósofo e a fala feita sobre ele pelo autor do livro faz, freqüentemente, com que o aluno (e mesmo o professor) fique preso a uma única versão daquele pensamento, considerada como palavra final e indiscutível. Se, por um lado, certas sistematizações e sínteses podem de fato facilitar a tarefa do professor e tornar a leitura menos árida para o aluno, por outro, muitas vezes, reduzem a riqueza e a amplitude das concepções filosóficas tratadas, além de enquadrar os pensadores em moldes rígidos (“realistas”, “idealistas”, “metafísicos”, etc.) que contribuem para fomentar visões aligeiradas e mesmo preconceituosas dos mesmos.

Buscando fugir da ingenuidade e dos preconceitos muitas vezes cultivados pelo senso comum, de Chauí (1997, p.18) propõe levar o leitor a “compreender a significação do mundo, da cultura, da história”, a “conhecer o sentido das criações humanas nas artes, nas ciências e na política” de modo a constatar que “a filosofia é o mais útil dos saberes”.

A despeito da abordagem criteriosa feita em relação a autores e temas e de referências que procuram inovar em relação às abordagens tradicionais, trazendo, por exemplo, as contribuições de Freud e da Psicanálise, falta na obra um índice remissivo que facilite a consulta a assuntos comuns dispostos em unidades diferentes. Outra deficiência, a exemplo do que ocorre no livro de Jolivet, é a não utilização de textos originais dos filósofos abordados. Tanto em um caso como no outro, um apêndice, contendo extratos de alguns desses filósofos, minimizaria o problema.

Tendo por perspectiva justamente suprir a carência de referências às fontes originais, o recente livro do professor Marcondes (1999) - que opta por fazer uma abordagem por filósofos selecionados - apresenta, após a exposição resumida de suas concepções, extratos das principais obras. É preciso destacar que isso permite aos leitores avaliarem até que ponto o que é dito pelo autor do livro se reflete nas palavras do filósofo mencionado. Nietzsche, por exemplo, é apresentado como pensador que realizou “uma análise devastadora da moral tradicional que considera baseada na culpa e no ressentimento”(MARCONDES, 1999, p. 139). Tal devastação, porém, não fica visível nos extratos escolhidos de “Assim falou Zaratustra”, podendo então gerar dúvidas quanto à procedência dos qualificativos usados por Marcondes e, o que é mais significativo, estimular o estudante a pesquisar e a ler outras obras nietzscheanas.

Naturalmente os livros didáticos que buscam fazer uma história da filosofia a partir de vários de seus representantes mais conhecidos apresentam lacunas, pois não é possível cobrir séculos de pensamento em um número limitado de páginas. Além do mais, toda seleção, por mais objetiva que pretenda ser, traz sempre consigo juízos de valor que acabam por classificar os filósofos em mais e menos importantes. Assim, na disputa para figurar na obra, dificilmente Descartes é esquecido ao passo que, ao contrário, Giambatista Vico é raramente lembrado.

Há livros, porém, cujo mérito maior reside justamente em focalizar pensadores negligenciados pela literatura didática mais comum. É o caso de Osborne, que em sua *Filosofia para Principiantes*, traz à baila Frege, Gödel, Peirce, Rawls, Derrida e outros, procurando fazer de sua história da filosofia em quadrinhos um espaço aberto a diferentes correntes e autores. A despeito disso é preciso frisar que o recurso à técnica da HQ tem como consequência, além do inevitável empobrecimento

das concepções filosóficas, o uso de estereótipos de duvidosa validade pedagógica. Quais vantagens teria o professor que, seguindo os passos de Osborne, travestisse Nietzsche com a roupa do Super-Homem, atribuisse a Jesus Cristo características de *superstar* e representasse a filosofia moral de Marco Aurélio como *Heavy Metal*?

Frente à difícil tarefa de encontrar os textos mais adequados à motivação do público leitor, formado principalmente por adolescentes, certos autores têm buscado estabelecer uma relação mais próxima entre os objetos da filosofia e as situações cotidianas. Na obra coordenada por Gallo (1997), também de publicação recente, cada unidade é iniciada por um pequeno texto no qual fatos do dia-a-dia servem como ponto de partida para a discussão que se pretende desenvolver. Assim, quando o tema “ética e cidadania” (unidade 5) é abordado, o texto introdutório se reporta à compra de um livro que teria por título “Você pode ser feliz: é fácil!”. A compradora hipotética fica então exultante e plenamente convencida de que aquela leitura mudará sua vida. A forma de iniciar a abordagem de um tema tão complexo quanto a felicidade é, de fato, bastante sedutora, sendo também oportuna a menção feita em seguida à Ética a Nicômaco de Aristóteles, pois aí se sublinha que o Bem não é concebido da mesma maneira por todas as pessoas. Contudo, a discussão subsequente peca por oferecer apenas uma visão unilateral dos papéis a serem cumpridos pela razão e pelo desejo no universo das escolhas humanas: “a razão guia, conduz o desejo ao encontro de seu objeto” (GALLO, 1997, p.55). Ao enfatizar que os motivos são sempre emocionais e as escolhas racionais, o texto não abre espaço para se pôr em questão uma possível inversão de papéis ou mesmo a alternância deles.

A tônica da literatura pesquisada é não promover - ou promover de forma incipiente - tanto o diálogo entre pontos de vista de diferentes pensadores como também o confronto de tais pontos de vista com os dos autores dos livros didáticos. Em vista disso, pode-se perguntar: seria esta falta de diálogo causadora de dificuldades para os alunos no que tange à capacidade de reflexão sobre os problemas filosóficos?

Responder a tal questão demanda um exame mais profundo sobre a natureza do próprio filosofar, o qual muitas vezes se coloca como atividade em que o pensamento se agarra a certezas absolutas, tornando-se, portanto, dogmático.

### 3 As Práticas Argumentativas como Contraponto aos Sistemas Filosóficos Dogmáticos

Sendo a argumentação um constructo teórico-prático que visa predispor os indivíduos à ação, ela se faz presente nos mais diferentes campos da existência humana. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), a necessidade de argumentar se coloca a partir do momento em que se estabelecem controvérsias sobre determinados objetos (sistemas filosóficos, concepções políticas, normas éticas, etc.), as quais não podem ser resolvidas por meio de demonstrações formais que permitam chegar a soluções inequívocas, capazes de se impor a todos os seres racionais.

As práticas argumentativas são, portanto, atividades levadas a cabo por um orador (aqui entendido como quem fala ou escreve) que pretende persuadir um auditório (de ouvintes ou leitores) formado por indivíduos complexos cujas reações combinam elementos racionais e passionais. Toda argumentação segundo Perelman, (1988, p. 26) visa ao “homem pleno”, que empresta níveis variados de adesão aos discursos proferidos pelo orador. Em vista disso, todo auditório pode ser comparado a um juiz que decide após ter pesado ou estabelecido o confronto entre os diferentes argumentos que lhe foram apresentados. Na medida em que as decisões são sempre tomadas em um espaço e em um tempo definidos, podem ser revistas posteriormente, tal como os processos jurídicos podem ser reabertos. Isso mostra que a argumentação tem caráter não coercivo, sendo as verdades hoje sancionadas apenas as melhores verdades, isto é, aquelas que apresentaram as provas mais convincentes em um dado contexto histórico-social.

Os processos argumentativos se desenvolvem a partir de premissas que podem ser consideradas como preparação para o julgamento a ser realizado pelo auditório, o qual dá ou não assentimento às mesmas. A recusa pode ocorrer pela percepção do caráter unilateral, tendencioso ou ainda pelo não compartilhamento das premissas apresentadas, as quais deixam então de usufruir do estatuto de objetos de acordo comum. Na medida em que este acordo prévio não é sancionado, o vínculo entre orador e auditório fica inevitavelmente comprometido.

Dentre os vários objetos de acordo que se configuram em premissas para o desenvolvimento de uma argumentação, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) citam os fatos, as verdades e as presunções. O universo dos fatos é bastante amplo, não se reduzindo aos chamados eventos

objetivos (a morte de alguém, a cor de determinado utensílio, etc.) que, em princípio, poderiam ser comprovados por qualquer homem não portador de deficiências físicas e/ou mentais. Do ponto de vista da argumentação, suposições ou convenções também possuem estatuto de fatos, mas este nunca é definitivo já que os acordos previamente estabelecidos podem ser questionados e até mesmo rompidos. Além do mais, o que é reconhecido como fato por determinados auditórios não o é, necessariamente, por outros. Para um auditório de crentes, por exemplo, a existência de Deus é um fato incontestável, ao passo que para um auditório formado por ateus ou por agnósticos tal não se coloca.

Com respeito às verdades, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996.) assinalam que estas podem ser definidas como sistemas mais complexos que correspondem a ligações entre fatos, contudo fazem questão de frisar que o problema filosófico da distinção entre fatos e verdades não se acha consensualmente resolvido. Em outras palavras, um fato pode enunciar uma verdade tanto quanto esta pode também enunciar-lo. Assim, se todos os seres vivos são mortais (fato), a inexistência da imortalidade é uma verdade. Por outro lado, se todo ser vivo é gerado por um outro semelhante a ele (verdade), um cachorro nunca nascerá (fato) a partir do acasalamento entre gatos.

As presunções são, por sua vez, o tipo de raciocínio que se vale de uma indução que se assenta sobre a verossimilhança, a qual pode possuir estatuto de verdade consentida. Exemplificando: a natureza do ato praticado revela a natureza da pessoa, logo quando um crime é bárbaro o criminoso é um monstro. Mesmo não existindo relação de identidade entre o ato e a pessoa, uma argumentação que se baseie nesse tipo de presunção pode ser extremamente efetiva e obter a adesão do auditório visado. Isso explica porque no caso dos crimes hediondos a acusação leva vantagem sobre a defesa no sentido de obter um veredicto que condene o réu. A boa presunção toma sempre por referência o que é admitido como normal e seu estatuto de verdade tem aí um suporte de peso. Todavia, é importante salientar que o normal não é definível em termos estatísticos, representando, outrossim, um modo de comportamento. Este, por sua vez, é ditado por um grupo de referência nem sempre explicitado claramente. Em vista disso, mudanças na caracterização do grupo de referência (os sensatos se comportavam assim no passado, mas hoje tal comportamento é insano) operam modificações no que tan-

ge à definição do normal, de sorte que toda presunção goza de certa instabilidade: o que em dado contexto histórico e social era tão verossímil que podia ser atestado como verdade, em outro contexto pode não passar de uma inferência ridícula.

No curso do pensamento ocidental, os sistemas filosóficos dogmáticos têm se caracterizado pelo absolutismo dos pontos de partida adotados (quer sejam eles ontológicos, epistemológicos ou axiológicos), razão pela qual Perelman (1997) os qualifica de filosofias primeiras. São primeiras não no sentido cronológico, mas em função da primazia que conferem aos seus princípios fundantes. Em vista disso, via de regra não aceitam o debate e a controvérsia, antes estabelecendo um diálogo de surdos com outras filosofias que lhes fazem concorrência, pois toda filosofia primeira julga possuir o monopólio da verdade.

Um exemplo clássico de filosofia primeira foi o sistema platônico, que almejava o estatuto de autêntica ciência humana. Esta deveria se valer, conforme Platão (1966) de um discurso cujos argumentos convencessem ninguém menos que os deuses, os quais sendo por natureza bons e justos, figurariam como avalistas da verdade. Mas, na medida em que os filósofos se dirigem aos homens e não à divindade, a ciência desejada por Platão “ainda está para ser feita e, sem dúvida, estará sempre”, conforme salienta Reboul (1998, p. 19), convertendo-se então em *telos* cujo alcance escapa às possibilidades humanas. Afinal é o próprio homem quem define os critérios de cientificidade empregados, os quais, como ele próprio, se transformam no curso da existência social.

Já o modo de filosofar chamado por Perelman (1997) de regressivo se opõe ao dogmatismo porquanto considera os elementos sistematizados pelo filósofo apenas como elementos, talvez importantíssimos no interior do sistema, mas sempre contingentes. A filosofia regressiva não é uma filosofia particular, mas um movimento do pensamento que põe em debate conceitos e princípios, reservando-se o direito de nunca admitir um sistema filosófico como capaz de dar respostas definitivas aos problemas que examina.

Isso, sem dúvida, incomoda o pensamento dogmático por deixá-lo em uma espécie de orfandade cognitiva: afinal, como compreender o mundo se a validade universal do sistema for recusada? Diante desse embaraço, o adepto de uma filosofia primeira freqüentemente recorre à desqualificação sumária do adversário, situando-o no campo da desrazão e do erro:

É um escândalo, para toda filosofia primeira, ver os homens se oporem às necessidades e às evidências, preferirem o erro à verdade, a aparência à realidade, o mal ao bem, à infelicidade à felicidade, o pecado à virtude. Na busca de um fundamento capital de um acordo necessário, foi-se longe demais, e agora é difícil justificar o desacordo, o erro e o pecado. Dever-se-á introduzir um segundo elemento, uma espécie de obstáculo, de antivalor, de diabo, que possibilitará, por sua vez, explicar de uma forma satisfatória qualquer desvio da ordem eminente. Será o subjetivo oposto ao objetivo, a imaginação à razão, o prazer ao dever, a matéria ao espírito, etc. O monismo inicial, transformado em dualismo, explicará a um só tempo, o mundo do ser e aquele do dever-ser, temperando, pela influência do antivalor, a ascendência dos valores absolutos sobre a conduta humana (PERELMAN, 1997, p. 137-138)

A ascendência desses valores absolutos costuma ser justificada com o beneplácito de um auditório universal (de deuses, no caso de Platão; de todos os seres racionais, no caso de Kant) ao qual o filósofo dogmático apela em seu esforço por manter intacta a universalidade do sistema que propõe. Mas o que vem a ser o auditório universal senão a imagem, a construção mental que o filósofo faz da divindade, da razão ou do próprio homem?

Na medida em que o adepto do filosofar regressivo levanta essa questão e se propõe a examinar os princípios fundantes de um sistema como construções humanas e não como evidências que só um tolo, ignorante, desarrazoado ou possuidor de má fé não enxerga, é fatalmente acusado de exercer uma crítica demolidora, céptica, na qual o vale-tudo é o único critério utilizado. Mas seria efetivamente essa sua postura?

Perelman (1997) nos apresenta quatro princípios norteadores da filosofia regressiva (*integralidade*, *dualidade*, *revisabilidade* e *responsabilidade*) os quais, ao nosso ver, ficam mais bem caracterizados se os tomarmos como critérios, já que o termo princípio geralmente sugere um ponto de partida absoluto que assume ares de crença inquestionável. A *integralidade* prevê uma articulação solidária entre os fatos analisados e as categorias que os devem explicar. Tal solidariedade se materializa na busca de uma sistematização, ou seja, de uma organização coerente do pensamento de modo a não converter as categorias em camisas-de-força que devem reter, a todo custo, os fatos em seus moldes explicativos. Por outro lado, quando o fato desafia estes

moldes, o sistema deve ser posto em discussão sem que se tenha medo de abandoná-lo como um todo. Em vista disso, a *integralidade* reflete a abertura de pensamento necessária a um filosofar não dogmático para o qual as certezas nunca são definitivas.

O segundo critério é o da *dualidade*, cuja importância reside em rechaçar as idéias de terminalidade e de perfeição que os filósofos dogmáticos atribuem aos seus sistemas. Ora, se um sistema é considerado perfeito e acabado, ele não só pode dar conta das situações passadas e presentes, mas também das futuras, eliminando todo e qualquer elemento de contingência ou imprevisibilidade e submetendo, por conseguinte, o tempo e a história a um curso inexoravelmente preestabelecido. Um claro exemplo disso encontramos na conhecida passagem de Engels (1977, p. 58-59):

Os poderes objetivos e estranhos que até aqui vinham imperando na história colocam-se sob o controle do próprio homem. Só a partir de então, ele começa a traçar a sua história com plena consciência do que faz. E só daí em diante as causas sociais postas em ação por ele começam a produzir, predominantemente, e cada vez em maior medida, os efeitos desejados. É o salto da humanidade do reino da necessidade para o reino da liberdade.

Segundo Perelman (1997), *integralidade* e *dualidade* constituem a tônica da filosofia regressiva, sendo a *revisabilidade* e a *responsabilidade* derivadas delas. A primeira consiste na disposição em rever o sistema mesmo que seja preciso abrir mão dos princípios que parecem mais óbvios, claros, simples, evidentes. Tais qualificativos, aliás, nada valem em si mesmos pois se acham sempre referidos ao julgamento de um outro ser pensante: o princípio *x* é evidente para quem? Sua simplicidade pode ser atestada com base em que parâmetros?

Freqüentemente a *revisabilidade* é mal vista porque o filósofo dogmático costuma agir como um apaixonado que,

enquanto argumenta, o faz sem levar suficientemente em conta o auditório a que se dirige: empolgado por seu entusiasmo, imagina o auditório sensível aos mesmos argumentos que o persuadiram a ele próprio. O que a paixão provoca é, portanto, por esse esquecimento do auditório, menos uma ausência de razões do que uma má escolha de razões. (PERELMAN e OBBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 27)

Qual seria, então, a boa escolha de razões, ou melhor, a condição aceitável para submeter ou não um sistema filosófico à revisão? Esta questão põe em destaque o quarto critério, o da *responsabilidade*. Segundo Perelman (1997.) são os fatos novos, aqueles que não se enquadram no sistema, as razões mais fortes para levar a cabo uma revisão. Mesmo assim, o filósofo não se acha livre de ter que tomar decisões, as quais são naturalmente marcadas por elementos subjetivos.

Nesse ponto, uma objeção pode ser levantada: na medida em que a *responsabilidade* é um julgamento, não seria este suscetível aos jogos de interesse, às preferências, às conveniências do filósofo? Sem dúvida que sim, mas é preciso lembrar que o juiz se acha também sob o crivo de outro julgamento, o do auditório a quem se dirige quando cumpre o papel de orador. Portanto, a empreitada intelectual de rever um sistema filosófico implica riscos e exposições por parte do filósofo, cuja seriedade intelectual estará sendo avaliada. Assim, a revisão que tiver o caráter de aventura ou de modismo será, mais cedo ou mais tarde, denunciada, expondo o revisor ao descrédito.

Em síntese, a filosofia regressiva trabalha antes com a liberdade de pensamento do que com a necessidade objetiva, com a abertura característica dos processos dialógicos nos quais múltiplas vozes são chamadas a falar do que com os discursos monolíticos, cuja pretensão é provar a superioridade inquestionável dos princípios e verdades proferidos. É, como já foi dito, mais uma postura, um modo de filosofar do que propriamente uma filosofia. Em vista disso, que alternativas ela pode trazer para professores e autores de livros didáticos?

#### 4 Filosofia Regressiva e Ensino de Filosofia

Uma orientação bastante comum no ensino de filosofia é o historicismo continuísta, que vê uma evolução linear e gradativa das idéias filosóficas no curso do tempo. Estas se aperfeiçoam à medida que o homem aumenta seu nível de conhecimento sobre o universo e sobre si mesmo. A título de exemplo pode-se citar a visão dos pré-socráticos como primeiros cientistas, isto é, como pensadores que buscaram fazer interpretações da natureza, tomando por base critérios racionais em detrimento da divindade e do mito. Tal abordagem é chamada por Brun (1988) de pára-positivista porque visualiza determinado ponto de partida (as concepções da *physis*)

com as lentes de um ponto de chegada contemporâneo, isto é, estabelecido com base na ciência dos dias de hoje. O problema deste tipo de abordagem é que por meio dele recusamo-nos a mergulhar na atmosfera do pensamento pré-socrático em toda a sua complexidade, ou, nas palavras de Brun (1988, p. 14) “ajuizamos assim da sua sabedoria em nome da nossa própria sabedoria, que nos serve de tábua de valores”.

Por outro lado, mesmo quando a evolução linear das idéias é deixada de lado, a filiação dos filósofos antigos a doutrinas posteriores é também uma postura muito corrente. Ainda com relação à filosofia pré-socrática, assim se caracterizam as abordagens ontológicas feitas por Nietzsche e por Heidegger. Situando Sócrates como marco de ruptura com as autênticas tradições helênicas, os dois pensadores alemães afirmam que os pré-socráticos não privilegiaram o ser em detrimento do existente, concebendo a verdade como manifestação e não como relação lógica. Adotando tal postura, Nietzsche e Heidegger acabam por convertê-los em seus discípulos. Neste caso, se a tábua de valores utilizada não é constituída pelos cânones da ciência contemporânea, o é pelos referenciais anti-racionalistas de um pensamento que se coloca de modo igualmente absoluto no tocante ao exame do ser e do devir.

Contra-pondo-se a essas abordagens, a filosofia regressiva convida a abrir as interpretações, realizando um movimento que começa pela restituição da palavra aos silenciados: ao invés de falarmos pelos filósofos que escolhemos como objeto de louvor ou de crítica, deixemo-los falar por si mesmos... Certamente novos ângulos, novas facetas emergirão tornando a discussão mais interessante e mais rica.

Outra orientação comum no ensino de filosofia é sugerir que determinadas concepções éticas e/ou políticas são de algum modo responsáveis pelo advento de ideais totalitários. Ao comentar, por exemplo, o pensamento político de Maquiavel, Nielsen Neto, em seu livro “Filosofia Básica”, afirma que a obra “O Príncipe” tem servido como justificativa para muitas ditaduras contemporâneas, entre elas o fascismo. Diz textualmente o Nielsen Neto (1982,p.238): “Hegel, no século XIX, considera Maquiavel um homem genial e Benito Mussolini, em seu prelúdio para Maquiavel, afirma que o maquiavelismo é uma teoria do estado de necessidade”. Nietzsche, como se sabe, também foi acusado de precursor dos ideais nazistas. Seus conceitos de “super-homem” e de “vontade de

potência” foram vistos como sustentáculos da visão de homem e da missão histórica do III Reich a despeito das posições do próprio filósofo, que condenava o expansionismo germânico.

Ao ter como preocupação o todo, sem deixar de fora elementos admitidos *a priori* como secundários e sem se esquecer também de incluir no exame a biografia do filósofo, a filosofia regressiva combate os reducionismos que congelam idéias e os rótulos que estigmatizam autores, permitindo a construção de olhares não sectários sobre os sistemas filosóficos.

Nesse ponto, é preciso frisar que o olhar regressivo não é isento, neutro, objetivo pois estas são condições artificiais para todo e qualquer julgamento humano. Sem dúvida os professores de filosofia e os autores de livros didáticos têm suas afinidades e preferências e devem continuar a tê-las, contudo a postura assumida perante o aluno ou perante o leitor (que são também juízes) precisa ser sempre objeto de profundas reflexões. Uma coisa é desqualificar, ridicularizar, diminuir os filósofos e as concepções com as quais não se concorda, proclamando as idéias dos eleitos como as verdadeiras; outra, é se colocar na condição de auditório persuadido por determinado filósofo cujas concepções parecem as melhores em função de tais e tais razões.

## 5 Concluindo

As discussões aqui apresentadas não tiveram por perspectiva apontar a panacéia capaz de curar todos os males que afligem o ensino de filosofia nem, em um plano mais geral, toda a educação. Até porque as soluções milagrosas não estão ao alcance dos homens, limitados em seus pensamentos e em suas ações. Somente aqueles que, por excesso de presunção, se arvoram em ser completamente sábios julgam ter as fórmulas infalíveis cuja aplicação vitoriosa prometem com grande alarde. Certamente mais modesta, porém humana, a intenção que alimentou a elaboração deste trabalho foi a de suscitar, antes de tudo, a reflexão e promover o debate entre os educadores. Talvez esse objetivo pareça pequeno em termos de transformação de uma dada realidade, mas as grandes transformações, para usar uma expressão de Guattari e Rolnik (1986), só se tornam possíveis a partir de processos “moleculares”, quase imperceptíveis, de gestação das mudanças desejadas.

As convicções nos consomem? São o alimento espiritual que nutre a expectativa de um novo porvir? Sem dúvida, mas solitárias em seu afã transformador acabam invariavelmente como Quixotes em um mundo onde as dificuldades e as resistências às mudanças são bem mais que moinhos de vento. O trabalho da filosofia regressiva, aberto, plural e polêmico - às vezes lento, até mesmo fastidioso - talvez seja o de um tecelão prudente que trança com obstinação os múltiplos fios dos argumentos puxados nas mais diferentes discussões. E, na medida em que as “fibras” utilizadas são as opiniões e não as verdades incontestáveis, soberanas, absolutas, o “traje”, embora tênue, se ajusta melhor às necessidades de um ensino crítico do que as pesadas armaduras dos dogmas.

## Nota

- 1 Embora o termo transposição didática seja mais freqüente na literatura, a expressão mediação didática (Lopes, 1998) é mais apropriada pois “transposição” sugere o mero deslocamento (e não a reelaboração) de saberes de um campo do conhecimento (o científico ou erudito) para outro (o escolar).

## Referências

- BRUN, Jean. *Os pré-socráticos*. Lisboa: edições setenta, 1988.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 8 ed. São Paulo: Ática. 1997.
- ENGELS, Friedrich. Do Socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Textos*. São Paulo: Martins Fontes, 1977. v.1, p. 27-60.
- GALLO, Silvio (Coord.). *Ética e Cidadania: caminhos da Filosofia*. São Paulo: Papyrus, 1997.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica : cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- JOLIVET, Régis. *Curso de Filosofia*. 20 .ed. São Paulo: Agir. 1998
- LOPES, Alice Ribeiro Casimiro. Currículo, conhecimento e cultura: construindo tessituras plurais. In: CHASSOT, Attico; OLIVEIRA, Renato José de. (Orgs.) *Ciência, ética e cultura na educação*. São Leopoldo: Unisinos, 1998. p. 31-47.

- MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1999
- OSBORN, Richard. *Filosofia para Principiantes*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- PERELMAN, Chaim. *L'empire rhétorique*. Paris: Vrin, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Filosofias primeiras e filosofia regressiva*. In: *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, pp. 131-152.
- PERELMAN, Chaim, OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PLATÃO. Fedro. *Diálogos*. Rio de Janeiro: Ediouro, [19--].
- \_\_\_\_\_. *La république*. Paris: Garnier-Flammarion, 1966.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

### Anexo 1: Relação dos Livros Didáticos de Filosofia Pesquisados

- SANTOS, Cordi. *Para Filosofar*. 9 ed. São Paulo: Scipione, 1997.
- COTRIM, Gilberto . *Trabalho Dirigido de Filosofia*. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 1996
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Temas de Filosofia*. São Paulo: Moderna, 1996
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: uma introdução à filosofia*. 2 ed. São Paulo. Moderna 1996.
- MARCONDES, Danilo. *Textos Básicos de Filosofia : dos pré-socráticos a Wittgenstein*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1999
- BUZZI, Arcângelo. *Filosofia Para Principiantes*. 4.ed. São Paulo: Vozes, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 8.ed. São Paulo: Ática, 1997. COTRIM, Gilberto. *Fundamentos de Filosofia*. 11.ed. São Paulo, Saraiva, 1996.
- HÜHNE, Leda (Org.). *Fazer Filosofia*. 2.ed. Rio de Janeiro: Uapê, 1994.
- NELSEN NETO, Henrique N. *Filosofia Básica*. 3.ed. São Paulo: Atual, 1986.

- REZENDE, Antonio (org.). *Curso de Filosofia*. 7.ed. São Paulo: Jorge Zahar, 1997.
- TELES, Maria Luiza Silveira. *Filosofia Para Jovens: uma iniciação à filosofia*. São Paulo: Vozes, 1996.
- SOUZA, Sonia Maria Ribeiro de. *Um outro Olhar – Filosofia*. São Paulo: FTD, 1995.
- SÁTIRO, Angélica WUENSCH Ana Miriam. *Pensando Melhor: Iniciação ao filosofar*. São Paulo: Saraiva, 1997.
- JOLIVET, Régis. *Curso de Filosofia*. 20.ed. São Paul. Agir. 1998.
- LUCKESI, Cipriano Carlos; PASSOS, Elisete Silva. *Introdução à Filosofia: aprendendo a pensar*. 2.ed. São Paulo. Cortez, 1996.
- JACQUARD, Albert. *Filosofia para não-Filósofos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Campu, 1998.
- MARITAIN, Jacques. *Elementos de Filosofia I - introdução geral à filosofia*. 17.ed. Agir, 1994.
- OSBORNE, Richard. *Filosofia para Principiantes*. Rio de Janeiro. Objetiva, 1998.
- GALLO, Silvio (coordenador). *Ética e Cidadania: caminhos da filosofia*. São Paulo: Papyrus, 1997.

*Abstract:*

*This article hopes to bring some contributions to the debate concerning trends followed by pedagogical books as well as to the understanding of philosophy as a human construction forged in the argumentative realm. The reference for the discussion was a research with twenty philosophy teaching books. From the results the article presents some arguments about two basic teaching proposals: one centered on specific themes and the other centered on authors. In a second moment, it discusses Chaim Perelman's regressive philosophy as an alternative to the dogmatic philosophical systems. Finally, back to philosophy teaching the article argues how to make this teaching more attractive or more efficient in order to persuade a determined audience, in this case the students of secondary school.*

*Keywords:*

*Chaim Perelman; regressive philosophy; philosophy teaching.*

*Resumen:*

*Este trabajo pretende traer algunos aportes para la discusión acerca de ciertas orientaciones seguidas por los libros didácticos así como el rescate de la filosofía como construcción humana forjada en el ámbito de la argumentación. A partir de una investigación realizada con veinte libros didácticos de filosofía, son hechas inicialmente algunas consideraciones sobre dos orientaciones típicas: el enfoque por ejes temáticos y el enfoque por autores. Después, basado en Chaim Perelman, hacemos una contraposición (filosofía regresiva) a los sistemas filosóficos dogmáticos. Enseguida, la discusión de nuevo es remitida al ámbito de la enseñanza de la filosofía, vislumbrándose la perspectiva de hacerla más atractiva o más factible para persuadir una determinada audiencia, en este caso constituida por los alumnos de la enseñanza media.*

*Palabras clave:*

*Chaim Perelman; filosofía regresiva; enseñanza de filosofía.*

UFRJ  
Avenida Pasteur, 250 - Fundos  
Rio de Janeiro  
E-mail - renato@motreal.com.br

Recebido em:10/11/2000  
Aprovado em:08/01/2001